

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: A Província de Paris Class.: 10

Data: 08/05/80 Pg.: \_\_\_\_\_

# Tensão no alto Guamá. Invasão ameaça Tembés

Os índios Tembés, no alto Rio Guamá, vêm sofrendo sistematicamente uma invasão do seu território, pelos posseiros da região e pela fazenda de Megger Kabacznik. A questão veio à luz em meados de 1974. Entretanto, já de muito que essa invasão vem sendo efetivada lenta e gradualmente por contingentes humanos deslocados de outras áreas do Estado e inclusive do Nordeste. A comunidade Tembê dista cerca de 13 quilômetros da cidade de Capitão Poço, onde uma equipe da Funai se encontra estudando o caso e fazendo levantamento das demarcações de terras. Os posseiros, cientes do trabalho que a Funai vem desenvolvendo para defender a reserva indígena, dizem que não vão sair do local. Mas a decisão final será dada pela Justiça que, a esta altura, já foi notificada, e em cujas mãos se encontra o caso.

**OS ÍNDIOS TEMBÉS**

Os índios Tembés são do grupo étnico Tupi, que tem contato mais antigo com a civilização. Estes Tembés do alto Guamá, têm já mais de 100 anos de contato com o branco, e faziam parte do mesmo grupo dos Tembés do Acará-Mirim e do Maranhão, sendo isolados pelas primeiras frentes de penetração do século passado. Atualmente, são em número de perto de 350 índios, vivendo quase que exclusivamente da lavoura, onde cultivam principalmente a mandioca, o milho, o arroz, a banana e a malva. Seu território compreende aproximadamente três mil hectares de terra, onde além das plantações, realizam a caça e a pesca no Rio Guamá, que margeia grande parte do seu território.

A reserva dos índios Tembés foi demarcada já mais de uma vez, e na última demarcação, que data de cerca de 1974, houve uma certa incorreção, o que vem causando uma invasão por parte dos posseiros.

**VILAS ENCRAVADAS**

A invasão da reserva dos Tembés, dá-se, principalmente, por parte dos posseiros estabelecidos na colônia conhecida por Livramento ou Pau-de-Remo, localizada à margem do Rio Tauari, limite da reserva, onde existe uma pequena ponte de madeira, guardada por soldados da Polícia Militar, com o fim de não permitir a retirada do que quer que seja da reserva. Contudo, na prática, a situação é diferente. Os posseiros têm

livre trânsito pela ponte, e quando eventualmente retiram algo dos limites do território indígena, de passagem pela ponte, lhes é exigido uma espécie de "pedágio" pelos soldados, para que o fato não seja notificado às autoridades superiores.

Alguns posseiros, na verdade a maioria deles, é de opinião que não existem índios nos arredores, talvez por serem os silvicultores já bastante aculturados e assemelhados com o tipo local de caboclos. A Vila de Pau-de-Remo tem cerca de 20 anos de existência e quase 3 mil habitantes. Lá são produzidos, anualmente, mais de 50 mil sacos de feijão, mais de 2 mil sacos de farinha, cerca de 400 mil bananas por semana, um milhão de sacos de arroz, 40 mil sacos de milho, 15 mil quilos de algodão e, mais de mil toneladas de malva. Toda essa produção será prejudicada, sem dúvida, com a prometida retirada dos posseiros da área, onde estão profundamente ambientados, dotados de duas escolas, duas igrejas, 31 casas de comércio e uma farmácia, para não falar das moradias que chegam a quase 700 dentro do perímetro da vila. Mas o índio também não pode ser prejudicado, com uma comunidade que a cada ano tende a ser mais numerosa, conseqüentemente, precisando de mais terras onde desenvolvam as suas culturas, agora em vias de expansão, através de um projeto da Funai, que visa introduzir na comunidade a policultura de gêneros.

**ACUSAÇÕES MÚTUAS**

Tanto os posseiros quanto os índios acusam-se mutuamente nestá questão em que estão envolvidos. Os primeiros, ignorando a situação de aculturação, acusam os índios de "serem taboços que nem nós" e os últimos acusam aqueles de invasão das terras. Contudo, parece haver um ponto de pensamento comum entre eles. Ambas as partes responsabilizam o fazendeiro Megger de estar jogando uns contra os outros inclusive posseiros contra posseiros, com vistas a se aproveitar da situação para conseguir maior extensão de terra. De parte dos posseiros, muitas ameaças têm partido, ao contrário da parte dos índios, que se limitam a aguardar, para verem cumpridas as promessas de evacuação dos posseiros da área, feitas por órgãos estatais. A questão não é tão simples com pode parecer à primeira vista, visto terem havido já várias ameaças sérias inclusive de morte por parte dos posseiros.



O acesso do que deveria ser a reserva dos Tembés



Desolação e insegurança, a tônica entre os índios

**Insegurança no rastro do conflito**

A situação no alto Rio Guamá, vem se agravando a cada dia que passa, e das ameaças podem se passar às agressões a qualquer momento. Ambas as partes em litígio já tiveram alguns prejuízos. Os posseiros já tiveram algumas tarefas de roça queimadas e alguns animais mortos. Dizem eles que pelos índios. Estes, tiveram uma parte de suas terras queimadas, a caça escasseada, e não podem sair da mata com tranquilidade. Além disso, o chefe de posto, Lourenço Menescal, disse que há perigo muito grande em sair-se à caça, pois os posseiros deixam armadilhas pelas matas, em pleno dia, pondo sob risco não só os índios, como eles próprios. Em cima disso, alguns políticos menos escrupulosos, fazem suas campanhas, contribuindo para o agravamento do problema.

A Fazenda Megger tem cerca de 1500 alqueires de terra dentro do território indígena e os funcionários da Funai em uma vistoria observaram que alguns dos marcos divisórios entre as terras haviam sido retirados, não se sabe por quem. E nesse vão-vem, acusa daqui, acusa dali, a situação vem assumindo as proporções de uma revolta camponesa. Os funcionários da Funai que estão no local fazendo a fiscalização das terras, deixaram claro que temem uma agressão por parte dos posseiros, que vêm neles os principais responsáveis pelos seus problemas, numa forma de ódio cego.

**As versões do drama**

A equipe da Funai que está hospedada no Hotel Santa Helena, em Capitão Poço, é composta pelo motorista, o chefe do Setor Administrativo e um observador. Eles estão na cidade a fim de fiscalizarem de perto o território dos índios, impedindo, assim, o agravamento da invasão. Num trabalho conjunto com o chefe de posto, Menescal, eles percorreram anteontem, dia em que chegaram à área, uma boa parte da terra para verificar a invasão.

Oracilio Fagundes da Rosa, chefe do setor administrativo da Funai em Belém, esclareceu os primórdios da questão envolvendo os Tembés e os posseiros da área do alto Guamá. Segundo ele, desde de 1974 a questão tomou as proporções que hoje apresenta e que a cada ano se agrava. Várias providências foram tomadas pela Polícia Federal, que retirava os posseiros do local para onde voltaram repetidas vezes. Em 1975, o fazendeiro Megger Kabacznik, recolheu um abaixo assinado entre os posseiros, para conseguir junto ao governo a abertura de uma estrada que lavaria até a sua fazenda. Esta estrada deu início à invasão da reserva. Em 1977, houve um trabalho preliminar de levantamento das famílias dos posseiros, para que fossem remanejados da área para outro local. Em 1978, foi implantada uma comissão composta de Incra, Itarpa e Funai, que realizou novo levantamento. Depois disso, muitas famílias chegaram a região, e estão pleiteando a mesma coisa. Recentemente, o fazendeiro Megger, ameaçou de derrubar a ponte construída em 1975, sob acusações de que os posseiros estariam invadindo suas terras. Os posseiros, em contrapartida, acusam Megger de estar envolvido com interesses políticos, e de fato, muita gente chegou a fazer plataforma política em cima desta questão. Antonio Piaré, que é índio

Gavião, mas já mora a bastante tempo entre os Tembés do alto Guamá. Acerca das ameaças feitas por posseiros, ele declara: "Esse negócio de ameaçarem matar índio, nunca ninguém disse pra nós direito, isso a gente sabe só pelas conversas que vêm nos contar". Ainda declarou Piaré: "Essa invasão é uma coisa que está muito fora de lei. Agora nós ficamos só aguardando e eles prometendo. Já chegou uma vez um cara aqui dizendo que era da Marinha e que vinha policiar a terra. No outro dia que ele foi embora, nós sabemos que ele era pistoleiro, que vinha matar o Alvaro, que era o chefe do posto. Eu digo que ele era da fazenda do Megger". Prosseguiu, diz ainda: "Não pára gente aí nesta mata. Os posseiros derrutam a mata, e fazem o roçado, depois vão embora".

Por seu turno a Funai já cedeu um trecho de terra para os posseiros, mas esses continuam invadindo a terra dos índios, sob a alegação de que a terra cedida pela Funai "não prestava". Estes últimos afirmam ainda que só deixarão o local se o fazendeiro Megger também o fizer.

Entre as acusações dos posseiros, estão principalmente a de que os índios teriam saído das terras deles e queimado as roças dos posseiros. "Os índios vieram aí... os índios não, os caboclos vieram e mataram os bichos e queimaram as roças". Em contrapartida a essas acusações, os funcionários da Funai disseram que se os posseiros invadem as terras dos índios para caçar, estes não podem reclamar tanto dos seus animais, se os índios já encontram dificuldade em achar caça na floresta. Segundo ainda um posseiro, Humberto de Alencar, "o que mais nos irrita é a polícia, que tenta tomar a caça da gente que passa pela ponte. Se não der, eles criam caso, fazem confusão, e quem acaba levando a pior somos nós".



Pau-de-Remo: sob o fogo cerrado do conflito